

Meio ambiente sofre os efeitos

Ana Lúcia Moura
Da equipe do **Correio**

Zuleika de Souza 2.3.2001

Especialistas garantem que o loteamento das áreas rurais no Distrito Federal, sem qualquer planejamento, dificulta a infiltração da água das chuvas no solo, podendo fazer secar rios, córregos e ribeirões. A ocupação desordenada também abre caminho para o surgimento de erosões perto das áreas construídas.

Segundo José Elói Campos, professor do Instituto de Geociências da Universidade de Brasília (UnB), as erosões são provocadas pelo asfaltamento das ruas. "A água da chuva não consegue penetrar, escoando para pontos únicos, que vão se desgastando", explica.

Além disso, a falta de critérios para a abertura de poços e fossas pode levar à contaminação dos lençóis freáticos. "Numa única chácara, uma fossa dificilmente prejudica o meio ambiente. Mas, no momento em que existem centenas de lotes dentro dessa chácara, cada um com sua fossa e seu poço, é preciso muito critério para evitar a contaminação. E critério é o que menos existe na construção dos condomínios do DF", acrescenta Gustavo Souto Maior, especialista em gestão econômica e urbana do meio ambiente, do Departamento de Economia da UnB.

Segundo ele, o limite mínimo entre uma fossa e um poço tem que ser de 40 metros. Mas, em áreas muito povoadas, essa regra é quase sempre desrespeitada. "Os lotes em condomínios têm em média 200 m². Como obedecer os limites da lei numa área tão pequena?", indaga.

A geógrafa Mônica Veríssimo, pesquisadora da UnB, cita ainda outros problemas. "Estudos da ONU mostram que o cerrado vai sofrer escassez de água por causa do efeito estufa. Com a ocu-



LENI CRIA BÚFALOS ENTRE A CEILÂNDIA E SANTO ANTÔNIO DO DESCOBERTO: MEDO DE INVASORES E AMEAÇA DE TROCAR BRASÍLIA POR TOCANTINS

pação desenfreada e sem qualquer critério, a possibilidade de um colapso no sistema de abastecimento é maior ainda", diz.

VENDA CRITICADA

A preocupação agora é com a lei das terras rurais, proposta pelo governador Joaquim Roriz e aprovada na Câmara Legislativa. A lei permite a venda das áreas aos atuais ocupantes. Ambientalistas temem que isso estimule ainda mais os parcelamentos irregulares. Pelas novas regras do governo, os

3.350 arrendatários de terras públicas da extinta Fundação Zoobotânica poderão comprá-las, sem licitação. No total, cerca de 170 mil hectares de terras rurais públicas passarão para mãos de particulares.

Para o secretário de Agricultura Aguinaldo Lellis a venda das terras rurais aos atuais ocupantes vai frear a especulação. "Essa história de achar que os produtores vão vender as terras e transformá-las em novos loteamentos é pura fantasia", afirma. "As verdadeiras terras rurais

produtivas estão muito longe da cidade. Não interessam, não servem para virar condomínio."

Não é a opinião de especialistas que acompanham o desenvolvimento urbano ao redor de Brasília. "Com o tempo tudo vai ficando perto. Vicente Pires já foi muito longe do Plano Piloto. As pessoas já recusaram-se a morar até no Lago Sul por causa da distância", argumenta o gerente regional do Patrimônio da União no DF, Raimundo Ribeiro.

Distância, aliás, não tem sido obstáculo para os especuladores.

Loteamentos clandestinos surgem na vizinhança da fazenda de 273 hectares onde a criadora Leni Cândido da Cruz mantém um rebanho de 250 búfalos. Os incômodos das novas ocupações aparecem na forma de gente estranha andando pelos pastos. "Daqui a cinco anos, a situação vai estar ainda mais complicada. Vou vender a fazenda e criar meus búfalos em Tocantins", planeja a criadora, que mora no Núcleo Rural Boa Esperança, na divisa de Ceilândia com Santo Antônio do Descoberto.

LOTEAMENTOS, UM PERIGO

Dono do restaurante rural Trem da Serra, em Sobradinho, o empresário e produtor Renato Bravo lamenta o fim do ar bucólico que a região já teve. No antigo pasto, localizado abaixo da chácara de 30 hectares, anos atrás ele via vacas. Hoje, no local está surgindo o condomínio Alto da Boa Vista. "A construção é incontrolável. Vejo novos loteamentos surgindo violentamente no fundo do meu quintal. Se faz condomínio até em cima de divisor de águas", reclama.

A preocupação ambiental do produtor não é isolada. Ambientalistas temem o mutirão que o GDF está fazendo para regularizar os empreendimentos a toque de caixa.

A arquiteta Lenora de Castro Barbo, que coordenou o Grupo de Estudo dos Parcelamentos Irregulares do DF para a elaboração do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT), teme as consequências do avanço do asfalto sobre o verde. "Há 300 condomínios em processo de legalização, mas onde estão todos eles? Temos uma bomba relógio pronta para explodir sobre o meio ambiente. A natureza vai devolver as agressões de forma impiedosa", afirma.